



Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em **31/12/2020** da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. – SICOOB Saromcredi, na forma da legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2020 o SICOOB Saromcredi completou 29 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2020, o SICOOB Saromcredi obteve um resultado de R\$ 12.009.688,53 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 21,45%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 135.345.456,24. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 255.383.297,88.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	R\$ 70.273.782,31	27,52%
Carteira Comercial	R\$ 185.109.515,57	72,48%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 13,40% da carteira, no montante de R\$ 34.217.613,67.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 313.229.989,27, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 56,76%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 125.305.443,08	40,00%
Depósitos a Prazo	R\$ 181.975.284,74	58,10%
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	R\$ 5.418.114,68	1,73%
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	R\$ 531.146,77	0,17%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 6,57% da captação, no montante de R\$ 20.593.068,79.



5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência – PR do SICOOB Saromcredi era de R\$ 53.160.469,54. O quadro de associados era composto por 29.045 Cooperados, havendo um acréscimo de 3,92% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB Saromcredi adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda sua Unidade de Controles Internos e Riscos composta por um Analista de Controle Interno Pleno, um Agente de Atendimento II e por um Supervisor de Controles Internos e Riscos, supervisionados diretamente pelo SICOOB Central Cecremge.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Instruções Gerais (MIG) - Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo SICOOB Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e



salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito bienalmente na AGO, com mandato até a AGO de 2021, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB Saromcredi aderiram, em 2013, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2020 foram registradas 27 (vinte e sete) demandas no Sistema de Ouvidoria do SICOOB direcionadas ao SICOOB Saromcredi, sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 25 (vinte e cinco) reclamações, 07 (sete) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica



também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular BACEN nº 3.700/14.

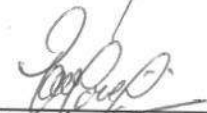
Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

São Roque de Minas - MG, 29 de janeiro de 2021.


João Carlos Leite
Presidente


Éder de Oliveira Melo
Diretor de Negócios


Glauber Tadeu da Costa
Contador – CRC MG123423


Diego César Fregúgia de Faria
Diretor Financeiro


Honero Geraldo Pereira
Diretor Administrativo Coordenador



BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	Em Reais	
	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO	411.998.317,00	289.938.505,09
CIRCULANTE	237.466.146,81	191.523.033,58
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4)	138.973.338,45	100.881.825,32
Disponibilidades	3.627.882,21	3.027.407,39
Centralização Financeira - Cooperativas	135.345.456,24	97.854.417,93
Instrumentos Financeiros (Nota 5)	2.180.572,26	3.117.773,52
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.180.572,26	2.839.303,73
Títulos e Valores Mobiliários	-	278.469,79
Operações de Crédito (Nota 6)	95.098.111,11	86.489.633,67
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	54.586.484,84	44.170.780,71
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	(3.625.588,58)	(4.313.325,77)
Financiamentos	5.489.469,67	6.289.335,56
(-) Provisão para Financiamentos	(113.449,57)	(293.531,05)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	39.135.256,11	41.203.327,35
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais	(374.061,36)	(566.953,13)
Outros Créditos (Nota 7)	1.057.404,41	913.675,39
Créditos por Avais e Fianças Honrados	171.093,82	170.408,40
Rendas a Receber	524.512,99	632.263,85
Diversos	495.957,13	226.943,81
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(134.159,53)	(115.940,67)
Outros Valores e Bens (Nota 8)	156.720,58	120.125,68
Despesas Antecipadas	156.720,58	120.125,68
NÃO CIRCULANTE	174.532.170,19	98.415.471,51
Realizável a Longo Prazo	150.863.660,49	79.207.898,94
Operações de Crédito (Nota 6)	149.277.351,89	77.707.160,25
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	113.733.267,56	50.859.741,31
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	(6.414.322,49)	(5.755.561,32)
Financiamentos	11.300.293,50	9.460.148,25
(-) Provisão para Financiamentos	(184.756,64)	(163.009,93)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	31.138.526,20	23.594.077,92
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais	(295.656,24)	(288.235,98)
Outros Créditos (Nota 7)	1.586.308,60	1.500.738,69
Devedores por Depósitos em Garantia	1.586.308,60	1.500.738,69
Permanente	23.668.509,70	19.207.572,57
Investimentos (Nota 9)	6.789.919,78	5.996.435,45
Participação em Cooperativa Central de Crédito	4.910.423,20	4.239.774,05
Participação em Instituição Fin. Controlada por Cooperativa de Crédito	1.879.496,58	1.756.661,40
Imobilizado de Uso (Nota 10)	16.818.613,18	13.165.043,64
Imobilizado de Uso	21.817.246,67	17.368.045,05
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado	(4.998.633,49)	(4.203.001,41)
Intangível (Nota 11)	59.976,74	46.093,48
Ativos Intangíveis	474.311,31	436.427,81
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis	(414.334,57)	(390.334,33)
TOTAL DO ATIVO	411.998.317,00	289.938.505,09

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



	Em reais	
	31/12/2020	31/12/2019
PASSIVO	356.015.839,34	241.880.305,00
CIRCULANTE	346.025.535,96	230.999.543,59
Depósitos (Nota 12)	307.280.727,82	193.889.364,86
Depósitos à Vista	125.305.443,08	65.784.782,73
Depósitos a Prazo	181.975.284,74	128.104.582,13
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos (Nota 13)	5.949.261,45	4.288.066,42
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	5.418.114,68	4.288.066,42
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário	531.146,77	-
Relações Interfinanceiras (Nota 14)	22.961.090,73	23.608.208,00
Repasse Interfinanceiros	22.961.090,73	23.608.208,00
Relações Interdependências (Nota 15)	1.101.603,01	805.495,25
Recursos em Trânsito de Terceiros	1.101.603,01	805.495,25
Outras Obrigações (Nota 16)	8.732.852,95	8.408.409,06
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	11.839,42	99.973,75
Sociais e Estatutárias	5.262.950,65	4.096.325,46
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	647.835,75	710.097,22
Diversas	2.810.227,13	3.502.012,63
NÃO CIRCULANTE	9.990.303,38	10.880.761,41
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos (Nota 13)	-	1.642.843,45
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	-	1.642.843,45
Relações Interfinanceiras (Nota 14)	7.919.358,62	7.682.309,15
Repasse Interfinanceiros	7.919.358,62	7.682.309,15
Outras Obrigações (Nota 16)	2.070.944,76	1.555.608,81
Diversas	428.255,02	-
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	1.642.689,74	1.555.608,81
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	55.982.477,66	48.058.200,09
Capital Social (Nota 18)	20.770.914,05	18.591.266,74
De Domiciliados no País	20.780.892,05	18.602.362,21
(-) Capital a Realizar	(9.978,00)	(11.095,47)
Reserva de Sobras (Nota 18)	32.340.667,76	27.173.055,22
Sobras ou Perdas Acumuladas (Nota 18)	2.870.895,85	2.293.878,13
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	411.998.317,00	289.938.505,09

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	Em Reais			
DISCRIMINAÇÃO	2º SEMESTRE 2020	31/12/2020	2º SEMESTRE 2019	31/12/2019
INGRESSO/RECEITA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	19.342.412,71	37.100.322,17	18.602.515,51	36.034.111,54
Operações de Crédito (Nota 21)	17.946.186,81	33.947.737,38	15.787.596,63	30.416.790,14
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	21.971,70	68.712,24	80.994,35	192.930,95
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instr. Financeiros	2.398,28	7.035,93	7.191,36	14.843,73
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	1.371.855,92	3.076.836,62	2.726.733,17	5.409.546,72
DISPÊNDIO/DESPESA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(3.330.383,08)	(8.329.395,98)	(4.685.519,17)	(11.316.060,29)
Operações de Captação no Mercado (Nota 22)	(1.949.317,86)	(4.616.683,82)	(3.679.993,33)	(7.417.684,01)
Operações de Empréstimos e Repasses (Nota 23)	(699.931,86)	(1.587.717,82)	(803.820,51)	(1.626.127,45)
Provisão/Reversão para Operações de Crédito	(681.133,36)	(2.124.994,34)	(201.705,33)	(2.272.248,83)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	16.012.029,63	28.770.926,19	13.916.996,34	24.718.051,25
OUTROS INGRESSOS/RECEITAS E DISPÊNDIOS/DESPESAS OPERACIONAIS	(7.208.710,17)	(15.591.655,36)	(7.793.306,61)	(14.457.668,94)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços (Nota 24)	3.155.128,27	5.243.034,91	2.616.511,03	4.523.954,65
Rendas (Ingressos) de Tarifas (Nota 25)	1.256.798,23	2.162.398,03	1.199.159,93	1.944.422,14
Despesas (Dispêndios) de Pessoal (Nota 26)	(7.032.240,45)	(13.569.340,01)	(6.225.406,73)	(11.886.264,15)
Despesas (Dispêndios) Administrativas(os) (Nota 27)	(5.380.001,44)	(10.860.976,41)	(5.334.175,36)	(9.736.052,85)
Despesas (Dispêndios) Tributárias(os)	(221.685,78)	(403.457,58)	(221.226,06)	(409.878,92)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais (Nota 28)	976.816,45	2.080.389,81	1.028.672,90	2.471.102,40
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais (Nota 29)	(245.253,06)	(599.208,50)	(1.021.824,05)	(1.507.820,34)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Passivos Contingentes	(549,39)	(1.511,02)	-	-
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas	282.277,00	357.015,41	164.981,73	142.868,13
RESULTADO OPERACIONAL	8.803.319,46	13.179.270,83	6.123.689,73	10.260.382,31
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS (Nota 30)	40.324,37	111.258,98	(4.973,91)	(2.951,43)
Lucros em Transações com Valores e Bens	43.000,00	112.100,32	39.891,54	39.891,54
Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(1.912,76)	(1.912,76)	(30.551,50)	(30.844,31)
Outras Receitas	9.623,37	15.941,76	10.192,29	18.535,92
Outras Despesas	(10.386,24)	(14.870,34)	(24.506,24)	(30.534,58)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	8.843.643,83	13.290.529,81	6.118.715,82	10.257.430,88
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperativos	(181.046,54)	(250.687,53)	(250.737,61)	(305.095,12)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperativos	(125.245,87)	(164.812,52)	(167.283,30)	(197.457,06)
Participações nos Resultados de Empregados	(541.533,70)	(865.341,23)	(327.069,30)	(579.366,17)
SOBRAS/PERDAS ANTES DAS DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS	7.995.817,72	12.009.688,53	5.373.625,61	9.175.512,53
DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS (Nota 18.d)	-	(8.612.687,57)	-	(6.881.634,40)
FATES	-	(3.445.075,03)	-	(2.752.653,76)
Reserva Legal	-	(5.167.612,54)	-	(4.128.980,64)
RESULTADO ANTES DOS JUROS AO CAPITAL	7.995.817,72	3.397.000,96	5.373.625,61	2.293.878,13
Juros ao Capital (Nota 20)	(526.105,11)	(526.105,11)	-	-
SOBRAS/PERDAS LÍQUIDAS	7.469.712,61	2.870.895,85	5.373.625,61	2.293.878,13

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.







DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Eventos	Capital		Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas	Em Reais Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Acumuladas	
Saldos em 31/12/2018	17.927.765,76	(1.590,00)	23.044.074,58	1.427.490,14	42.397.740,48
Destinações de Sobras do Exercício Anterior:					
Ao Capital	1.421.115,86			(1.421.115,86)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex-associados				(6.374,28)	(6.374,28)
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	188.445,83	(9.505,47)			178.940,36
Por Devolução (-)	(932.060,24)				(932.060,24)
Estorno de Capital	(2.905,00)				(2.905,00)
Sobras ou Perdas Brutas				9.175.512,53	9.175.512,53
Destinação das Sobras aos Fundos Obrigatórios:					
Fundo de Reserva			4.128.980,64	(4.128.980,64)	-
FATES				(2.752.653,76)	(2.752.653,76)
Saldos em 31/12/2019	18.602.362,21	(11.095,47)	27.173.055,22	2.293.878,13	48.058.200,09
Destinações de Sobras do Exercício Anterior:					
Ao Capital	2.278.160,05			(2.278.160,05)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex-associados				(15.718,08)	(15.718,08)
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	227.713,62	1.117,47			228.831,09
Por Devolução (-)	(840.204,20)				(840.204,20)
Estorno de Capital	(2.167,00)				(2.167,00)
Sobras ou Perdas Brutas				12.009.688,53	12.009.688,53
Remuneração de Juros ao Capital:					
Provisão de Juros ao Capital				(526.105,11)	(526.105,11)
Juros ao Capital	515.763,05				515.763,05
IRRF sobre Juros ao Capital	(735,68)				(735,68)
Destinação das Sobras aos Fundos Obrigatórios:					
Fundo de Reserva			5.167.612,54	(5.167.612,54)	-
FATES				(3.445.075,03)	(3.445.075,03)
Saldos em 31/12/2020	20.780.892,05	(9.978,00)	32.340.667,76	2.870.895,85	55.982.477,66
Saldos em 30/06/2019	19.106.020,70	(1.881,30)	23.044.074,58	3.801.886,92	45.950.100,90
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	106.037,70	(9.214,17)			96.823,53
Por Devolução (-)	(608.951,19)				(608.951,19)
Estorno de Capital	(745,00)				(745,00)
Sobras ou Perdas Brutas				5.373.625,61	5.373.625,61
Destinação das Sobras aos Fundos Obrigatórios:					
Fundo de Reserva			4.128.980,64	(4.128.980,64)	-
FATES				(2.752.653,76)	(2.752.653,76)
Saldos em 31/12/2019	18.602.362,21	(11.095,47)	27.173.055,22	2.293.878,13	48.058.200,09
Saldos em 30/06/2020	18.392.446,68	(2.206,78)	27.173.055,22	6.307.748,94	51.871.044,06
Destinações de Sobras do Exercício Anterior:					
Ao Capital	2.278.160,05			(2.278.160,05)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex-associados				(15.718,08)	(15.718,08)
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	137.078,82	(7.771,22)			129.307,60
Por Devolução (-)	(541.110,87)				(541.110,87)
Estorno de Capital	(710,00)				(710,00)
Sobras ou Perdas Brutas				7.995.817,72	7.995.817,72
Remuneração de Juros ao Capital:					
Provisão de Juros ao Capital				(526.105,11)	(526.105,11)
Juros ao Capital	515.763,05				515.763,05
IRRF sobre Juros ao Capital	(735,68)				(735,68)
Destinação das Sobras aos Fundos Obrigatórios:					
Fundo de Reserva			5.167.612,54	(5.167.612,54)	-
FATES				(3.445.075,03)	(3.445.075,03)
Saldos em 31/12/2020	20.780.892,05	(9.978,00)	32.340.667,76	2.870.895,85	55.982.477,66

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

DESCRIÇÃO	Em Reais			
	2º SEMESTRE 2020	31/12/2020	2º SEMESTRE 2019	31/12/2019
Atividades Operacionais				
Sobras/Perdas Antes das Destinações	7.995.817,72	12.009.688,53	5.373.625,61	9.175.512,53
Distribuição de Sobras e Dividendos	-	(227.436,90)	-	(364.205,80)
Participações nos Resultados de Empregados	541.533,70	865.341,23	327.069,30	579.366,17
Provisão/Reversão para Operações de Crédito	681.133,36	2.124.994,34	201.705,33	2.272.248,83
Provisão de Juros ao Capital	(526.105,11)	(526.105,11)	-	-
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas	247.537,30	645.586,69	367.027,95	728.008,54
Provisão/Reversão com Passivos Contingentes	549,39	1.511,02	-	-
Atualização de Depósitos em Garantia	(6.401,61)	(19.323,34)	(23.488,72)	(47.225,37)
Ganhos/Perdas por Baixas de Imobilizado	12.299,00	17.834,22	-	-
Depreciações e Amortizações	599.232,91	1.120.777,66	491.318,03	946.682,60
Sobras/Perdas Ajustadas Antes das Destinações	9.545.596,66	16.012.868,34	6.737.257,50	13.290.387,50
Aumento / Redução em Ativos Operacionais				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	111.724,32	658.731,47	(159.532,11)	1.094.235,65
Títulos e Valores Mobiliários	283.107,44	278.469,79	(7.191,36)	(14.843,73)
Operações de Crédito	(63.579.682,29)	(82.303.663,42)	(13.512.081,10)	(28.963.745,68)
Outros Créditos	77.447,39	(209.975,59)	120.011,99	(118.432,31)
Outros Valores e Bens	118.247,44	(36.594,90)	270.117,20	147.129,79
Aumento / Redução em Passivos Operacionais				
Depósitos à Vista	28.153.080,27	59.520.660,35	9.424.997,18	16.295.419,98
Depósitos a Prazo	33.658.217,67	53.870.702,61	4.836.369,77	11.169.693,45
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	(1.849.288,87)	(512.795,19)	150.760,75	1.422.784,00
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário	531.146,77	531.146,77	-	-
Relações Interdependências	1.090.064,34	296.107,76	796.304,59	248.244,03
Relações Interfinanceiras	(1.661.020,92)	(410.067,80)	(153.699,45)	3.180.513,48
Outras Obrigações	2.539.056,10	(257.159,05)	3.268.827,91	855.602,17
FATES (Sobras Exercício)	(3.445.075,03)	(3.445.075,03)	(2.752.653,76)	(2.752.653,76)
Imposto de Renda	(181.046,54)	(250.687,53)	(250.737,61)	(305.095,12)
Contribuição Social	(125.245,87)	(164.812,52)	(167.283,30)	(197.457,06)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais	5.266.328,88	43.577.856,06	8.601.468,20	15.351.782,39
Atividades de Investimentos				
Recebimento de Dividendos	-	122.833,71	-	219.892,82
Distribuição de Sobras da Central	-	104.603,19	-	144.312,98
Alienação de Imobilizações de Uso	12.000,00	93.103,19	765.608,46	766.808,46
Aquisição de Intangível	-	(37.883,50)	-	(10.031,74)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.955.775,67)	(4.871.839,94)	(3.375.882,84)	(5.155.559,77)
Aquisição de Investimentos	-	(793.484,33)	(547.694,59)	(929.579,14)
Outros Ajustes	5.934,72	10.555,57	30.470,24	33.791,39
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(2.937.840,95)	(5.372.112,11)	(3.127.498,73)	(4.930.365,00)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por Novos Aportes de Capital	129.307,60	228.831,09	96.823,53	178.940,36
Devolução de Capital a Cooperados	(541.110,87)	(840.204,20)	(608.951,19)	(932.060,24)
Estorno/Cancelamento de Capital	(710,00)	(2.167,00)	(745,00)	(2.905,00)
Destinação de Sobras do Exercício Anterior em Cotas de Capital a Pagar	(15.718,08)	(15.718,08)	-	(6.374,28)
Juros ao Capital Pago	515.763,05	515.763,05	-	-
IRRF sobre Juros ao Capital	(735,68)	(735,68)	-	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	86.796,02	(114.230,82)	(512.872,66)	(762.399,16)
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	2.415.283,95	38.091.513,13	4.961.096,81	9.659.018,23
Modificações em Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas				
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	136.558.054,50	100.881.825,32	95.920.728,51	91.222.807,09
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	138.973.338,45	138.973.338,45	100.881.825,32	100.881.825,32
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.415.283,95	38.091.513,13	4.961.096,81	9.659.018,23

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Em Reais

	2º SEMESTRE 2020	31/12/2020	2º SEMESTRE 2019	31/12/2019
Sobras/Perdas Líquidas	7.995.817,72	12.009.688,53	5.373.625,61	9.175.512,53
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
Total do Resultado Abrangente	7.995.817,72	12.009.688,53	5.373.625,61	9.175.512,53

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE SÃO ROQUE DE MINAS LTDA. -
SICOOB SAROMCREDI**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2020**

1. Contexto Operacional

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. – SICOOB SAROMCREDI, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 09/06/1991, filiada à Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CECREMGE e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução nº 4.434/2015 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB Saromcredi, sediado à Rua 15 de Novembro, nº 31 – Centro, São Roque de Minas – MG, CEP: 37928-000, possui 13 (treze) Postos de Atendimento (PA's) nas seguintes localidades: Cássia - MG, Bambuí - MG, Delfinópolis - MG, Fortaleza de Minas - MG, Ibitiúra de Minas - MG, Jacutinga - MG, Medeiros - MG, Passos - MG, Poços de Caldas - MG, Pratinha - MG, São João Batista do Glória - MG, Senador José Bento - MG, Vargem Bonita - MG.

O SICOOB Saromcredi tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (I) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (II) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em **29 de janeiro de 2021**.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em Vigor

O Banco Central do Brasil emitiu a Resolução nº 4.720 de 30 de maio de 2019, a Circular nº 3.959 de 04 de setembro de 2019 e a Resolução nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados em conta na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos foram: I) O Balanço Patrimonial está na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; II) Na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; III) Divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e IV) Os saldos do balanço patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem Aplicadas em Períodos Futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.817 de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN nº 4.817 de 29 de maio de 2020 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com o ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas no SICOOB, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em futuro previsível. A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. – SICOOB Saromcredi juntamente com seus associados, colaboradores e a comunidade estão fazendo sua parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

O SICOOB Saromcredi cumpriu rigorosamente as recomendações, orientações, normas e leis de prevenção e combate a pandemia de COVID-19, como: distribuição de máscaras, uso obrigatório de álcool em gel em suas dependências, distanciamento mínimo em filas e locais de espera, Home Office, treinamentos e reuniões através de videoconferência, realização de exames laboratoriais de COVID-19 e quarentena de colaboradores.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para Operações de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.682/1999 e 2.697/2000 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CECREMGE** e ações do **BANCOOB**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, equipamentos de comunicação e de segurança, móveis e equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

m) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *"pro rata die"*.

o) Demais Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

p) Demais Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

q) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

r) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

s) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

t) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro/sobra tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do artigo 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do artigo 193 do mesmo Decreto.

u) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2020** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

w) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2020**.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa, estão constituídos por:

Em R\$

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades (a)	3.627.882,21	3.027.407,39
Centralização Financeira (b)	135.345.456,24	97.854.417,93
Total	138.973.338,45	100.881.825,32

- a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.
- b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL CECREMGE**, com remuneração de aproximadamente 100% do CDI.

5. Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os instrumentos financeiros estavam assim compostos:

Em R\$

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (a)	2.180.572,26	2.839.303,73
Títulos e Valores Mobiliários (b)	0,00	278.469,79
Total	2.180.572,26	3.117.773,52

- a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no **BANCOOB**, com remuneração de aproximadamente 101% do CDI;
- b) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Recibos de Depósitos Cooperativos – RDC, no **SICOOB CENTRAL CECREMGE**, com remuneração de aproximadamente, 100% do CDI. Tal recurso tem por objetivo garantir operações firmadas junto a Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CECREMGE.

6. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Em R\$

Modalidade	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	54.586.484,84	113.733.267,56	168.319.752,40	95.030.522,02
Financiamentos	5.489.469,67	11.300.293,50	16.789.763,17	15.749.483,81
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	39.135.256,11	31.138.526,20	70.273.782,31	64.797.405,27
Total de Operações de Crédito	99.211.210,62	156.172.087,26	255.383.297,88	175.577.411,10
(-) Provisões para Operações de Crédito	-4.113.099,51	-6.894.735,37	-11.007.834,88	-11.380.617,18
TOTAL	95.098.111,11	149.277.351,89	244.375.463,00	164.196.793,92

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Em R\$

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimos / Títulos Descontados	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA - Normal	19.467.233,73	834.251,77	8.011.738,95	28.313.224,45	0,00	9.542.428,60	0,00
A 0,50% Normal	73.877.168,00	-6.599.880,21	44.069.790,86	124.546.839,07	-622.734,20	82.089.126,29	-410.445,63
B 1% Normal	38.159.412,32	5.415.958,93	12.485.872,31	56.061.243,56	-560.612,44	40.336.820,59	-403.368,21
B 1% Vencidas	88.336,10	4.699,48	0,00	93.035,58	-930,36	227.335,63	-2.273,36
C 3% Normal	17.773.019,63	3.258.450,65	4.287.364,32	25.318.834,60	-759.566,00	24.703.253,81	-741.097,61
C 3% Vencidas	132.203,20	7.904,68	3.426,70	143.534,58	-4.306,04	415.067,02	-12.452,01
D 10% Normal	8.635.656,16	536.209,51	1.254.346,60	10.426.212,27	-1.042.621,23	6.234.476,31	-623.447,63
D 10% Vencidas	306.580,76	5.987,39	41.347,09	353.915,24	-35.391,52	476.152,26	-47.615,23
E 30% Normal	1.854.106,46	56.068,28	43.635,44	1.953.810,18	-586.143,05	2.340.762,71	-702.228,81
E 30% Vencidas	339.585,19	33.266,36	0,00	372.851,55	-111.855,47	556.755,54	-167.026,66
F 50% Normal	636.826,10	0,00	46.267,72	683.093,82	-341.546,91	339.396,57	-169.698,29
F 50% Vencidas	137.237,19	0,00	0,00	137.237,19	-68.618,60	222.279,11	-111.139,56
G 70% Normal	148.393,24	16.988,51	0,00	165.381,75	-115.767,22	238.479,07	-166.936,59
G 70% Vencidas	187.807,33	0,00	0,00	187.807,33	-131.465,13	107.300,00	-75.110,00
H 100% Normal	4.982.215,06	2.988,63	29.992,32	5.015.196,01	-5.015.196,01	5.580.990,95	-5.580.990,95
H 100% Vencidas	1.593.971,93	17.108,77	0,00	1.611.080,70	-1.611.080,70	2.166.786,64	-2.166.786,64
Total Normal	165.534.030,70	16.720.796,49	70.229.008,52	252.483.835,71	-9.044.187,06	171.405.734,90	-8.798.213,72
Total Vencidos	2.785.721,70	68.966,68	44.773,79	2.899.462,17	-1.963.647,82	4.171.676,20	-2.582.403,46
Total Geral	168.319.752,40	16.789.763,17	70.273.782,31	255.383.297,88	-11.007.834,88	175.577.411,10	-11.380.617,18
Provisões	-10.039.911,07	-298.206,21	-669.717,60	-11.007.834,88		-11.380.617,18	
Total Líquido	158.279.841,33	16.491.556,96	69.604.064,71	244.375.463,00		164.196.793,92	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Em R\$

Tipo	Até 90 dias	De 91 até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	19.999.546,54	34.586.938,30	113.733.267,56	168.319.752,40
Financiamentos	1.486.876,76	4.002.592,91	11.300.293,50	16.789.763,17
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	3.935.644,30	35.199.611,81	31.138.526,20	70.273.782,31
TOTAL	25.422.067,60	73.789.143,02	156.172.087,26	255.383.297,88

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Em R\$

Descrição	Empréstimos / Títulos Descontados	Financiamentos	Financiamentos Rurais	31/12/2020	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	41.578.854,87	1.280.125,34	0,00	42.858.980,21	16,78%
Setor Privado - Indústria	11.906.615,10	1.097.905,67	0,00	13.004.520,77	5,09%
Setor Privado - Serviços	25.912.531,01	2.296.522,71	0,00	28.209.053,72	11,05%
Pessoa Física	87.649.574,47	11.901.686,78	70.273.782,31	169.825.043,56	66,50%
Outros	1.272.176,95	213.522,67	0,00	1.485.699,62	0,58%
TOTAL	168.319.752,40	16.789.763,17	70.273.782,31	255.383.297,88	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Em R\$

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	11.380.617,18	10.737.832,69
Constituições / Reversões	2.106.775,48	2.298.041,04
Transferência para Prejuízo	(2.479.557,78)	(1.655.256,55)
Total	11.007.834,88	11.380.617,18

f) Concentração dos Principais Devedores:

Em R\$

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	3.769.644,97	1,48%	2.182.069,34	1,24%
10 Maiores Devedores	21.538.054,36	8,43%	16.575.266,95	9,44%
50 Maiores Devedores	55.313.710,70	21,66%	42.176.864,60	24,02%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Em R\$

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	7.127.195,23	6.225.929,92
Valor das operações transferidas no período	2.479.557,78	1.655.256,55
Valor das operações recuperadas no período	(1.405.056,04)	(753.991,24)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(1.499,14)	-
Total	8.200.197,83	7.127.195,23

7. Outros Créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Em R\$

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Avais e Fianças Honrados (a)	171.093,82	0,00	170.408,40	0,00
Rendas a Receber (b)	524.512,99	0,00	632.263,85	
Devedores por depósitos em garantia (c)	0,00	1.586.308,60	0,00	1.500.738,69
Diversos (d)	495.957,13	0,00	226.943,81	0,00
(-) Com características de concessão de crédito (e)	(134.159,53)	0,00	(115.940,67)	0,00
TOTAL	1.057.404,41	1.586.308,60	913.675,39	1.500.738,69

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se a operações oriundas de cartões de crédito e operações de crédito do BNDES vencidas de associados da cooperativa cedidas pelo BANCOOB, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Em Rendas a Receber estão registradas rendas a receber de cartões (R\$ 139.349,84), centralização financeira (R\$ 228.836,15), comissionamento da Poupança Cooperada (R\$ 17.701,26), convênios (R\$ 13.625,16), comissionamento de crédito consignado (R\$ 27.930,34), comissionamento de seguros (R\$ 91.467,38) e tarifa interbancária – TIB SPB (R\$ 5.602,86).

(c) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para PIS Folha (R\$ 612.525,14) e COFINS sobre atos cooperativos (R\$ 973.783,46).

(d) Refere-se a adiantamentos e antecipações salariais (R\$ 31.837,55), adiantamentos para pagamentos de nossa conta (R\$ 14.335,87), adiantamentos por conta de imobilizações (R\$ 406.079,14), títulos e créditos a receber (R\$ 7.955,00) e devedores diversos – país (R\$ 35.749,57).

(e) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Em R\$

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
E	30%	Normal	5.865,06	5.865,06	-1.759,56	19.520,19	-5.856,06
E	30%	Vencidas	34.382,13	34.382,13	-10.314,64	43.416,01	-13.024,80
F	50%	Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
F	50%	Vencidas	13.363,00	13.363,00	-6.681,50	11.977,40	-5.988,70
G	70%	Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
G	70%	Vencidas	6.932,67	6.932,67	-4.852,87	14.745,88	-10.322,19
H	100%	Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
H	100%	Vencidas	110.550,96	110.550,96	-110.550,96	80.748,92	-80.748,92
Total Normal			5.865,06	5.865,06	-1.759,56	19.520,19	-5.856,06
Total Vencidos			165.228,76	165.228,76	-132.399,97	150.888,21	-110.084,61
Total Geral			171.093,82	171.093,82	-134.159,53	170.408,40	-115.940,67

8. Outros Valores e Bens

Em R\$

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Despesas Antecipadas (a)	156.720,58	120.125,68
Total	156.720,58	120.125,68

(a) Registram-se neste grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros (R\$ 111.861,26) e softwares (R\$ 44.859,32).

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL CECREMGE** e ações do **BANCOOB**.

Em R\$

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participação em Cooperativa Central de Crédito	4.910.423,20	4.239.774,05
Participação em Instituição Financeira Controlada por Cooperativa de Crédito	1.879.496,58	1.756.661,40
TOTAL	6.789.919,78	5.996.435,45

10. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Em R\$

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	Taxa Depreciação
Imobilizações em Curso (a)	2.454.873,33	4.379.131,67	
Instalações	1.511.508,19	1.215.024,66	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(435.770,15)	(304.055,87)	
Móveis e Equipamentos de Uso	0,00	2.355.308,63	10%
Sistema de Comunicação	0,00	64.287,09	10%
Sistema de Segurança	0,00	193.804,48	10%
Mobiliário	4.099.912,43	0,00	10%
Equipamentos de Processamento de Dados	2.346.513,04	1.774.747,76	20%
Equipamentos de Comunicação e de Segurança	367.800,78	0,00	10%
(-) Depreciação Acumulada de Móveis e Equipamentos	(2.615.998,12)	(1.032.730,95)	
(-) Depreciação Acumulada Outras Imobilizações de Uso	0,00	(1.519.597,55)	
Veículos	1.071.061,32	1.116.140,73	10% e 20%
(-) Depreciação Acumulada de Veículos	(401.939,30)	0,00	
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	471.588,15	0,00	10%
(-) Depreciação Acum. de Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	0,00	0,00	
Terrenos	2.111.880,20	1.311.880,20	
Edificações	7.382.109,23	4.957.719,83	4%
(-) Depreciação Acumulada de Imóveis - Edificações	(1.544.925,92)	(1.346.617,04)	
TOTAL	16.818.613,18	13.165.043,64	

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

11. Intangível

Até a data-base de **30/11/2016**, registravam-se nesta rubrica os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares. De acordo com a Circular BACEN nº 3.791/2016, a partir de **01/12/2016**, foi realizado a reclassificação dos saldos conforme natureza da operação e orientações contidas na Resolução 4.535 de 24/11/2016.

Em R\$

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Outros Ativos Intangíveis	0,00	436.427,81
Sistemas de Processamento de Dados	474.311,31	0,00
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis	-414.334,57	-390.334,33
TOTAL	59.976,74	46.093,48

Parte do valor registrado na rubrica "Intangível" refere-se a 05 licenças de uso do Sistema de Informática do SICOOB - SISBR adquiridas em 29/07/2011, 02 licenças adquiridas em 04/04/2013, 01 licença adquirida em 28/12/2015 e 02 licenças adquiridas em 01/11/2018, da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB Ltda. - SICOOB Confederação, totalizando o valor de R\$ 294.417,89.

Os demais valores registrados na rubrica "Intangível" referem-se a softwares para computadores, softwares para servidores, licenças de uso de antivírus e softwares de programas adquiridos pelo SICOOB SAROMCREDI.

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis", já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Em R\$

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos à Vista	125.305.443,08	65.784.782,73
Depósitos a Prazo	181.975.284,74	128.104.582,13
TOTAL	307.280.727,82	193.889.364,86

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN nº 4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Concentração dos principais depositantes:

Em R\$

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	2.196.904,72	0,70%	1.689.577,30	0,87%
10 Maiores Depositantes	13.000.713,35	4,15%	10.351.030,87	5,34%
50 Maiores Depositantes	36.653.164,21	11,70%	28.752.594,17	14,83%

13. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Em R\$

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário – LCI (a)	531.146,77	-	-	-
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio – LCA (b)	5.418.114,68	-	4.288.066,42	1.642.843,45
Total	5.949.261,45	-	4.288.066,42	1.642.843,45

- a) Referem-se a Letras de Crédito Imobiliário – LCI lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). São remuneradas por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI – Certificados de Depósitos Interbancários.
- b) Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004). São remuneradas por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI – Certificados de Depósitos Interbancários.

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, abaixo o saldo apropriado em despesas:

Em R\$

Descrição	2º Semestre 2020	31/12/2020	Taxa Média % a.m.	2º Semestre 2019	31/12/2019	Taxa Média % a.m.
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-53.708,20	-153.028,63	0,13	-142.939,17	-281.901,73	0,32
Despesas de Letras De Crédito Imobiliário - LCI	-146,77	-146,77	0,13	0,00	0,00	0,00

14. Relações Interfinanceiras

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Em R\$

Instituição	Taxa	Vencimento(s)	31/12/2020		31/12/2019	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
BANCOOB	Entre 2,75% a.a. e 9,76% a.a.	Entre 11/01/2021 e 16/12/2030	23.818.121,17	9.493.801,24	23.608.208,00	7.682.309,15
(-) Despesas a Apropriar BANCOOB			-857.030,44	-1.574.442,62	-	-
Total			22.961.090,73	7.919.358,62	23.608.208,00	7.682.309,15

15. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados ou a empresas conveniadas, por sua ordem.

Em R\$

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ordens de Pagamento (a)	1.098.736,92	804.000,00
Concessionários de Serviços Públicos	2.866,09	1.495,25
Total	1.101.603,01	805.495,25

- a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

16. Outras Obrigações

Em R\$

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	11.839,42	-	99.973,75	-
Sociais e Estatutárias	5.262.950,65	-	4.096.325,46	-
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	647.835,75	-	710.097,22	-
Diversas	2.810.227,13	2.070.944,76	3.502.012,63	1.555.608,81
TOTAL	8.732.852,95	2.070.944,76	8.408.409,06	1.555.608,81

16.1 Sociais e Estatutárias

Em R\$

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para Participações nas Sobras (a)	1.010.264,96	624.090,60
Resultado de Atos com Associados (b)	3.449.428,56	2.797.228,58
Gratificações e Participações a Pagar (c)	68.801,71	68.801,65
Cotas de Capital a Pagar (d)	734.455,42	606.204,63
TOTAL	5.262.950,65	4.096.325,46

- (a) Refere-se à provisão para possível pagamento de participação nas sobras aos funcionários da Cooperativa conforme lei nº 10.101/2000.
- (b) O FATES é destinado às atividades educacionais e à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e por 30% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.
- (c) Refere-se à provisão para possível pagamento de gratificações aos dirigentes da Cooperativa.
- (d) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

16.2 Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Em R\$

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e Contribuições sobre Lucros/Sobras a Pagar	187.269,06	324.909,52
Impostos e Contribuições a Recolher	460.566,69	385.187,70
TOTAL	647.835,75	710.097,22

16.3 Diversas

Em R\$

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	22.837,28	-	-	-
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (a)	129.803,05	-	109.109,99	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (b)	1.691.576,58	-	1.506.242,12	-
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (c)	238.609,90	428.255,02	1.023.880,33	-
Credores Diversos – País (d)	727.400,32	-	862.780,19	-
Provisão para Contingências (e)	-	1.642.689,74	-	1.555.608,81
TOTAL	2.810.227,13	2.070.944,76	3.502.012,63	1.555.608,81

- (a) Refere-se a salários e vencimentos a pagar de associados e terceiros.
- (b) Refere-se à provisão para pagamento de despesas de pessoal (Salários, honorários, férias, INSS sobre férias, FGTS sobre férias, PIS sobre férias) no valor total de R\$ 1.286.829,10, provisão para pagamento de outras despesas administrativas (Segurança e vigilância, transporte, compensação, estagiários a pagar, seguro prestamista, provisão de despesas com cartões e outras despesas

administrativas) no valor total de R\$ 404.511,58 e provisão de outros pagamentos (Ordem de pagamento – encerramento de conta salário) no valor de R\$ 235,90.

- (c) Refere-se à contabilização, a partir de janeiro de 2017, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de dezembro de 2020**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de **R\$ 43.762.099,25 (R\$ 50.131.631,05 em 31/12/2019)**, referentes a aval e fiança prestados em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, conforme demonstrado a seguir:

Em R\$

Nível / Percentual de Risco		Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA	-	6.032.105,54	0,00	6.747.251,07	0,00
A	0,5%	27.423.421,28	-137.118,01	29.808.178,19	-149.041,28
B	1%	5.982.831,31	-59.828,25	8.965.336,24	-89.653,56
C	3%	2.975.460,36	-89.263,87	2.954.344,93	1-88.630,42
D	10%	781.485,94	-78.148,73	850.296,80	-85.029,77
E	30%	350.337,10	-105.101,20	213.145,16	-63.943,59
F	50%	35.874,15	-17.937,11	66.814,65	-33.407,39
G	70%	3.719,42	-2.603,60	40.298,96	-28.209,27
H	100%	176.864,15	-176.864,15	485.965,05	-485.965,05
Total		43.762.099,25	-666.864,92	50.131.631,05	-1.023.880,33

- (d) Refere-se a pendências a regularizar (R\$ 26.658,29), diferença de caixa (R\$ 7.434,20), pendências a regularizar BANCOOB (R\$ 499.424,30), cooperativa central (R\$ 16.284,73), cheques depositados (R\$ 170.979,69), valores a liquidar – parcelas crédito consignado (R\$ 6.307,17) e devolução saldo credor – cartões (R\$ 311,94).
- (e) É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Em R\$

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Provisão para Demandas Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais
PIS (a)	56.381,14	54.870,12
PIS FOLHA	612.525,14	535.581,53
COFINS (a)	973.783,46	965.157,16
Total	1.642.689,74	1.555.608,81

- a) PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos com cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a julho de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Devedores por Depósitos em Garantia.

17. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB Saromcredi** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em **31 de dezembro de 2020 e 2019**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

18. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	R\$ 20.770.914,05	R\$ 18.591.266,74
Associados	29.045	27.950

b) Fundo de Reserva

Representado pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 45%, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em **17 de julho de 2020**, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2019**, no valor de **R\$ 2.293.878,13**, sendo que deste valor foram incorporados ao capital a quantia de R\$ 2.278.160,05 e destinado a cotas de capital a pagar o valor de R\$ 15.718,08.

d) Destinações Estatutárias e Legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei 5.764/71, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	Em R\$	
	2020	2019
Sobra líquida do exercício	11.483.583,42	9.175.512,53
Sobra líquida decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	0,00	0,00
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	11.483.583,42	9.175.512,53
Destinações estatutárias		
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 30%	(3.445.075,03)	(2.752.653,76)
Reserva legal - 45%	(5.167.612,54)	(4.128.980,64)
Sobras à disposição da Assembleia Geral	2.870.895,85	2.293.878,13

A Reserva Legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades; e

O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa.

19. Resultado de Atos Não Cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Em R\$

Descrição	2020	2019
Receita de prestação de serviços	4.002.512,73	3.460.607,92
Despesas específicas de atos não cooperativos	(711.078,89)	(687.019,09)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(1.777.837,56)	(1.454.256,96)
Resultado operacional	1.513.596,28	1.319.331,87
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	111.258,98	-2.951,43
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.624.855,26	1.316.380,44
Imposto de Renda e Contribuição Social	(415.500,05)	(502.552,18)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	1.209.355,21	813.828,26
Deduções de receitas não passíveis de destinação	(1.382.464,85)	(1.302.707,06)
Resultado de atos não cooperativos passíveis de destinação	(173.109,64)	(488.878,80)

20. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

No exercício de **2020**, o montante da remuneração de juros ao capital foi de **R\$ 526.105,11**, equivalente a **100%** da variação da SELIC.

21. Receitas de Operações de Crédito

Em R\$

Descrição	2º SEMESTRE 2020	31/12/2020	2º SEMESTRE 2019	31/12/2019
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	313.914,38	747.568,57	580.056,85	1.190.825,91
Rendas de Empréstimos	10.875.294,33	20.233.472,81	8.659.568,85	16.713.147,92
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	552.044,23	1.440.926,43	913.418,23	1.790.205,41
Rendas de Financiamentos	1.414.044,10	2.812.186,93	1.497.249,56	3.078.062,67
Rendas de Financiamentos Rurais	3.229.418,61	6.729.487,98	3.367.884,26	6.478.067,38
Rendas de Créditos por Avals e Fianças Honrados	4.197,36	5.609,55	4.013,67	5.181,48
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	1.557.273,80	1.978.485,11	765.405,21	1.161.299,37
TOTAL	17.946.186,81	33.947.737,38	15.787.596,63	30.416.790,14

22. Despesas/Dispêndios com Operações de Captação no Mercado

Em R\$

Descrição	2º SEMESTRE 2020	31/12/2020	2º SEMESTRE 2019	31/12/2019
Depósitos a Prazo	-1.681.368,04	-4.092.700,33	-3.393.475,93	-6.860.383,00
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-53.708,20	-153.028,63	-142.939,17	-281.901,73
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	-146,77	-146,77	0,00	0,00
Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	-214.094,85	-370.808,09	-143.578,23	-275.399,28
TOTAL	-1.949.317,86	-4.616.683,82	-3.679.993,33	-7.417.684,01

23. Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses

Em R\$

Descrição	2º SEMESTRE 2020	31/12/2020	2º SEMESTRE 2019	31/12/2019
Despesas de Repasses – Interfinanceiros – BANCOOB	-699.931,86	-1.587.717,82	-803.820,51	-1.626.127,45
TOTAL	-699.931,86	-1.587.717,82	-803.820,51	-1.626.127,45

24. **Receitas/Ingressos de Prestação de Serviços**

Em R\$

Descrição	2º SEMESTRE 2020	31/12/2020	2º SEMESTRE 2019	31/12/2019
Rendas de Cobrança	454.470,17	843.998,44	393.992,15	715.011,31
Rendas de Transferências de Fundos	27.169,06	39.527,72	0,00	0,00
Tarifa Anuidade Cartão de Crédito	139.867,12	340.437,72	182.536,10	344.152,31
Tarifa Emissão Cartão	9.855,00	18.465,00	8.355,00	16.410,00
Tarifa SMS	2.534,00	5.173,00	0,00	0,00
Rendas Emissão Boleto – Depósito Via Boleto	5.443,35	5.659,50	0,00	0,00
Outras Rendas Serviços – Atos Cooperativos	471.039,44	657.902,26	494.636,66	715.397,65
Outras Rendas Serviços – Atos Não Cooperativos	2.044.750,13	3.331.871,27	1.536.991,12	2.732.983,38
TOTAL	3.155.128,27	5.243.034,91	2.616.511,03	4.523.954,65

25. **Rendas/Ingressos de Tarifas**

Em R\$

Descrição	2º SEMESTRE 2020	31/12/2020	2º SEMESTRE 2019	31/12/2019
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	33.681,40	63.420,30	18.819,60	18.819,60
Rendas de Serviços Prioritários - PF	378.311,10	721.543,80	351.390,65	651.712,11
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	184.252,85	425.204,42	520.406,73	695.605,81
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	660.552,88	952.229,51	308.542,95	578.284,62
TOTAL	1.256.798,23	2.162.398,03	1.199.159,93	1.944.422,14

26. **Despesas/Dispêndios de Pessoal**

Em R\$

Descrição	2º SEMESTRE 2020	31/12/2020	2º SEMESTRE 2019	31/12/2019
Despesas de Honorários – Conselho Fiscal	-13.504,32	-27.008,63	-13.504,32	-26.696,34
Despesas de Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	-679.635,28	-1.339.790,12	-665.750,05	-1.317.428,60
Despesas de Pessoal – Benefícios	-1.107.230,18	-2.170.862,88	-975.439,48	-1.859.935,84
Despesas de Pessoal – Encargos Sociais	-1.348.557,72	-2.629.411,94	-1.227.054,09	-2.363.964,02
Despesas de Pessoal – Proventos	-3.742.883,73	-7.133.811,10	-3.108.161,33	-5.998.291,51
Despesas de Pessoal – Treinamento	-134.786,22	-254.359,47	-226.120,85	-306.906,71
Despesas de Remuneração de Estagiários	-5.643,00	-14.095,87	-9.376,61	-13.041,13
TOTAL	-7.032.240,45	-13.569.340,01	-6.225.406,73	-11.886.264,15

27. **Despesas/Dispêndios Administrativas(os)**

Em R\$

Descrição	2º SEMESTRE 2020	31/12/2020	2º SEMESTRE 2019	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	-104.659,62	-210.707,38	-101.593,36	-199.309,50
Despesas de Aluguéis	-279.194,10	-535.943,39	-195.838,39	-377.563,57
Despesas de Comunicações	-253.902,06	-502.914,19	-228.753,85	-440.142,73
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	-301.411,02	-685.124,57	-299.002,87	-436.557,80
Despesas de Material	-132.617,93	-225.317,86	-88.439,74	-153.199,43
Despesas de Processamento de Dados	-727.375,13	-1.544.781,89	-732.026,48	-1.260.832,47
Despesas de Promoções e Relações Públicas	-327.152,84	-636.535,19	-401.464,12	-629.056,76
Despesas de Propaganda e Publicidade	-84.866,25	-185.765,66	-61.803,89	-101.139,11
Despesas de Publicações	-1.056,00	-4.036,00	-960,00	-5.718,00
Despesas de Seguros	-107.593,92	-236.119,74	-93.296,93	-217.518,56
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	-839.532,03	-1.812.585,00	-937.586,97	-1.882.636,16
Despesas de Serviços de Terceiros	-178.209,88	-375.864,99	-313.378,51	-453.652,09
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	-173.119,99	-343.764,33	-166.735,68	-333.526,05
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	-188.047,49	-419.800,39	-133.759,68	-219.471,14
Despesas de Transporte	-325.450,29	-644.895,67	-311.116,01	-620.495,98
Despesas de Viagem ao Exterior	-0,00	-10.576,87	0,00	-47.786,93
Despesas de Viagem no País	-201.616,03	-370.696,08	-256.603,30	-452.612,36
Outras Despesas Administrativas	-554.963,95	-994.769,55	-520.497,55	-958.151,61
Despesas de Amortização	-12.947,22	-24.000,24	-9.158,52	-18.168,09
Despesas de Depreciação	-586.285,69	-1.096.777,42	-482.159,51	-928.514,51
TOTAL	-5.380.001,44	-10.860.976,41	-5.334.175,36	-9.736.052,85

28. Outras Receitas/Ingressos Operacionais

Em R\$

Descrição	2º SEMESTRE 2020	31/12/2020	2º SEMESTRE 2019	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	0,00	461,21	31,39	90.467,98
Dividendos	0,00	122.833,71	0,00	219.892,82
Atualização Depósitos Judiciais	6.401,61	19.323,34	23.488,72	47.225,37
Rendas de Repasses Delcredere	222.334,56	396.856,39	308.493,46	484.950,71
Rendas Juros Cartão de Crédito	253.214,81	547.411,92	277.030,52	546.086,27
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	43.427,70	89.720,15	37.548,55	72.269,02
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	204.561,42	355.026,10	175.872,28	382.941,39
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	104.552,75	236.625,11	140.954,54	344.683,15
Distribuição de Sobras da Central	0,00	104.603,19	0,00	144.312,98
Premiações	78.990,25	78.990,25	0,00	0,00
Outras Rendas Operacionais	63.333,35	128.538,44	65.253,44	138.272,71
TOTAL	976.816,45	2.080.389,81	1.028.672,90	2.471.102,40

29. Outras Despesas/Dispêndios Operacionais

Em R\$

Descrição	2º SEMESTRE 2020	31/12/2020	2º SEMESTRE 2019	31/12/2019
PIS Judicial	-33.931,78	-65.985,30	-27.279,04	-52.767,38
Desp. Descontos Concedidos em Renegociações	-7.500,23	-90.966,88	-59.494,59	-59.753,67
Descontos Concedidos - Operações de Crédito	-9.964,99	-24.334,09	-471.218,34	-479.225,36
Bonificação de Seguro Prestamista	-3,22	-13,55	0,00	0,00
Multa e Juros Diversos	-140,69	-1.637,18	0,00	-166,15
Tarifa Recebimento Convênio - INSS	-3.282,18	-5.092,88	-1.690,66	-1.690,66
Tarifas Consultas / Saques Cirrus Cabal	0,00	-1,30	-113,60	-228,50
Cancelamento - Tarifas Pendentes	-7.848,31	-12.283,37	-11.529,52	-17.909,19
Mensagens SMS - Cartões	0,00	0,00	-698,28	-1.304,16
Estorno Juros Mora - Oper. Crédito - RPL	0,00	0,00	-10,80	-10,80
Tarifa Recebimento Convênio - CRA'S Cartórios	-369,00	-778,50	-540,00	-774,00
Perdas - Fraudes Externas	0,00	-15.330,16	-115.996,00	-115.996,00
Perdas - Demandas Trabalhistas	0,00	0,00	0,00	-120.000,00
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	-631,87	-1.381,87	-50,00	-332,90
Perdas - Falhas de Gerenciamento	-4.480,11	-16.263,93	-6.473,32	-22.410,63
Contribuição ao Fundo Ressarcimento Fraudes Externas	-16.222,46	-24.908,01	0,00	0,00
Contribuição ao Fundo Ressarcimento Perdas Operacionais	-8.273,17	-9.460,08	0,00	0,00
Contribuição ao Fundo Tecnologia da Informação	0,00	0,00	-120.573,15	-239.074,90
Contribuição ao Fundo de Estabilidade e Liquidez	0,00	0,00	-102.829,44	-205.658,88
Descontos Concedidos - Rep. Interf. - Recursos Direcionados à Vista	-868,09	-868,09	0,00	0,00
Descontos Concedidos - Crédito - Recursos Direcionados à Vista	-24.452,85	-24.453,96	-24,85	-1.077,60
Descontos Concedidos - Crédito - Recursos Direcionados Poupança	0,00	-869,72	-34,62	-34,62
Descontos Concedidos - Crédito - Conc. - Recursos Fonte Pública	0,00	0,00	-3.714,63	-3.714,63
Descontos Concedidos - Crédito - Aplicações Recursos Livres	-22.930,76	-48.143,01	-23.711,41	-27.688,84
Descontos Concedidos - Crédito Pessoal	-22.006,14	-43.135,27	-22.371,05	-43.564,65
Estorno Juros - Crédito Pessoal	-1.037,60	-1.037,60	-692,46	-692,46
Descontos Concedidos - Crédito Pessoal - Consignado	-26.259,61	-59.332,23	-19.821,51	-28.557,27
Descontos Concedidos - Capital de Giro	-38.866,25	-109.983,25	-7.965,42	-24.783,62
Descontos Concedidos - Emp. Garant. Bens Imóveis	-5.036,28	-5.036,28	0,00	-8.799,61
Descontos Concedidos - Outros	0,00	-250,96	-12,38	-1.299,04
Despesa Faturamento - SIPAG	-4.745,86	-18.403,41	0,00	0,00
Outras Despesas Operacionais	-6.401,61	-19.257,62	-24.978,98	-50.304,82
TOTAL	-245.253,06	-599.208,50	-1.021.824,05	-1.507.820,34

30. **Resultado Não Operacional**

Em R\$

Descrição	2º SEMESTRE 2020	31/12/2020	2º SEMESTRE 2019	31/12/2019
Lucros na Alienação de Valores e Bens	43.000,00	112.100,32	39.891,54	39.891,54
Ganhos de Capital	9.623,37	15.941,76	10.192,29	18.535,92
(-) Prejuízos na Alienação de Valores e Bens	-1.912,76	-1.912,76	-30.551,50	-30.844,31
(-) Perdas de Capital	-10.386,24	-14.870,34	-24.506,24	-30.534,58
Resultado Líquido	40.324,37	111.258,98	-4.973,91	-2.951,43

31. **Partes Relacionadas**

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central do Brasil, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

a) **Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2020:**

Em R\$

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação a Carteira Total	Provisão de risco
Partes Relacionadas – Vínculo de Grupo Econômico	2.772.472,52	0,67	16.892,16
Partes Relacionadas – Sem Vínculo de Grupo Econômico	1.470.176,02	0,11	556,00
TOTAL	3.242.648,54	0,78	17.448,16
Montante das Operações Passivas	767.775,22	0,30	

b) **Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2020:**

Em R\$

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	% da Operação de Crédito em Relação a Carteira Total
Cheque Especial	540,19	6,31	0,03
Conta Garantida	55,27	1,64	0,01
Empréstimos e Títulos Descontados	1.898.311,41	9.485,45	2,70
Financiamentos Rurais	2.449.926,62	127.458,23	1,55
Financiamentos	158.492,80	397,21	0,94

Em R\$

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média %
Depósitos à Vista	409.914,85	0,33	0
Depósitos a Prazo	247.286,29	0,13	0,16

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo (Recibo de Depósito Cooperativo - RDC), adiantamento à depositante, cheque especial, conta garantida, títulos descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, financiamentos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	TAXAS APLICADAS EM RELAÇÃO ÀS PARTES RELACIONADAS	TAXA APROVADA PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO / DIRETORIA EXECUTIVA
Adiantamento à Depositante	15% a.m.	15% a.m.
Cheque Especial	5,49% a.m.	5,49% a.m.
Conta Garantida	2,89% a.m. a 5,49% a.m.	2,89% a.m. a 5,49% a.m.
Títulos Descontados	1,47% a.m. a 2,10% a.m.	1,47% a.m. a 2,10% a.m.
Empréstimos e Financiamentos	0,50% a.m. a 2,89% a.m.	0,50% a.m. a 2,89% a.m.
Crédito Rural – RPL	8,99% a.a. a 19,56% a.a.	8,99% a.a. a 19,56% a.a.
Crédito Rural – Repasses	5,00% a.a. a 9,50% a.a.	5,00% a.a. a 9,50% a.a.
Aplicação Financeira – Recibo de Depósito Cooperativo (RDC)	92% a 98% do CDI (a.m.)	92% a 98% do CDI (a.m.)

d) Conforme Política de Crédito do Sistema SICOOB, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho de administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

Percentual em Relação a Carteira Geral da Movimentação	%
Empréstimos e Financiamentos	0,51
Títulos Descontados	0,02
Financiamentos Rurais	0,50
Aplicações Financeiras	0,30

e) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, penhores, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	GARANTIAS PRESTADAS
Cheque Especial	Avais
Conta Garantida	Avais, garantias hipotecárias
Empréstimos e Financiamentos	Avais, alienação fiduciária, garantias hipotecárias
Financiamentos Rurais – Recursos Próprios	Avais, penhores, garantias hipotecárias
Financiamentos Rurais – Repasses	Avais, penhores, garantias hipotecárias
Títulos Descontados	Avais, caução

f) As doações efetuadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

DOAÇÕES A PARTES RELACIONADAS NO EXERCÍCIO DE 2020	Em R\$
Pessoa Jurídica	2.421.108,49

g) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

SALDO DAS COOBRIGAÇÕES PRESTADAS A PARTES RELACIONADAS EM 31/12/2020	Em R\$
Pessoa Física	353.776,88
Pessoa Jurídica	5.105,22

h) No exercício de 2020, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, cédulas de presença, gratificações, INSS, plano de saúde, previdência privada e vale alimentação, apresentando-se da seguinte forma:

Em R\$

DESCRIÇÃO	BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020		BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019	
	2º SEMESTRE 2020	31/12/2020	2º SEMESTRE 2019	31/12/2019
Gratificações	57.334,72	116.580,60	57.334,70	112.017,32
Honorários / Cédulas de Presença	599.407,68	1.200.316,64	608.415,35	1.229.455,53
INSS	134.049,50	266.487,90	135.850,84	268.294,50
Plano de Saúde	2.539,08	5.078,16	2.440,03	4.880,05
Previdência Privada	10.320,24	20.640,48	10.200,95	20.401,89
Vale Alimentação	21.480,00	42.960,00	19.692,43	39.384,86

i) No decorrer do exercício de 2020 houve aquisições no montante de **R\$ 406,94**, por partes relacionadas, referentes à venda de bens patrimoniais da Cooperativa.

32. Cooperativa Central

O **SICOOB Saromcredi**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiado à Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda. – **SICOOB CENTRAL CECREMGE**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL CECREMGE** é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL CECREMGE** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB Saromcredi** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL CECREMGE** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o **SICOOB CENTRAL CECREMGE**:

Em R\$

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativo Circulante - Centralização Financeira (Nota 4)	135.345.456,24	97.854.417,93
Ativo Permanente – Participação em Cooperativa Central de Crédito (Nota 9)	4.910.423,20	4.239.774,05

33. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do SICOOB é realizada de forma centralizada pelo SICOOB Confederação, abrangendo no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovadas pelo Conselho de Administração do SICOOB Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do SICOOB.

33.1 Risco Operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

33.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

33.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

33.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (SICOOB Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

33.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O SICOOB Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

34. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

35. Índice de Basiléia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.192/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Índice de Basiléia - IB	18,12%	20,78%
Patrimônio de Referência - PR	R\$ 53.160.469,54	R\$ 45.439.432,68

36. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Em R\$

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
PIS (a)	56.381,14		54.870,12	
PIS FOLHA	612.525,14	612.525,14	535.581,53	535.581,53
COFINS (a)	973.783,46	973.783,46	965.157,16	965.157,16
Total	1.642.689,74	1.586.308,60	1.555.608,81	1.500.738,69

Movimentação das provisões para riscos e contingências:

Em R\$

Descrição	PIS / COFINS	Total
Saldo em 31/12/2018	1.457.083,56	1.457.083,56
Provisões feitas durante o exercício	98.525,25	98.525,25
Saldo em 31/12/2019	1.555.608,81	1.555.608,81
Saldo em 31/12/2019	1.555.608,81	1.555.608,81
Provisões feitas durante o semestre	87.080,93	87.080,93
Saldo em 31/12/2020	1.642.689,74	1.642.689,74

- (a) PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos com cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a julho de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Devedores por Depósitos em Garantia.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB Saromcredi**, existem processos judiciais cíveis nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda "possível", totalizando **R\$ 196.749,92**.

37. Benefícios a Empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Multi Instituído. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores pagas pela cooperativa são equivalentes a no máximo 3% do salário.

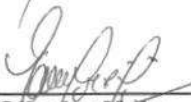
As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2020 totalizaram R\$ 75.790,73.



São Roque de Minas - MG, 29 de janeiro de 2021.



João Carlos Leite
Presidente

Diego César Fregúgia de Faria
Diretor Financeiro

Éder de Oliveira Melo
Diretor de Negócios

Honero Geraldo Pereira
Diretor Administrativo Coordenador

Glauber Tadeu da Costa
Contador – CRC MG123423

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. – SICOOB SAROMCREDI

São Roque de Minas - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. – SICOOB SAROMCREDI, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB SAROMCREDI em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 17 de fevereiro de 2021.



Elisângela de Cássia Lara
Contador CRC MG 086.574/O

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos

Administradores e Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. - SICOOB Saromcredi

1 – O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. - SICOOB Saromcredi, reunidos em 19 de fevereiro de 2021, em cumprimento ao artigo 87, inciso “IV” do Estatuto Social desta Cooperativa, declara para os devidos fins legais e estatutários que observando os documentos e peças contábeis que compreendem os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações de Sobras ou Perdas, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa, Demonstrações de Resultados Abrangentes e as Notas Explicativas, relativos ao exercício encerrado em **31 de dezembro de 2020**, foi constatado que tudo encontra-se em ordem.

2 – Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras representam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. - SICOOB Saromcredi, em **31 de dezembro de 2020**.

3 – Assim, somos favoráveis à aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, das contas apresentadas pela Diretoria, referentes ao exercício de 2020.

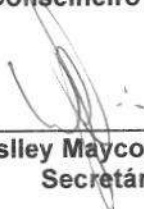
São Roque de Minas - MG, 19 de fevereiro de 2021.



Daniel Soares de Moraes
Coordenador



Danilo Soares Costa
Conselheiro Fiscal



Wesley Maycon Batista
Secretário